

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Asiático ou queer? (in)visibilidade e interseccionalidade situada entre imigrantes chineses LGBTQIAPN+ em São Paulo

Bingzhang Wang

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17673>

Submetido em: 2026-08-27

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ASIÁTICO OU QUEER? (IN)VISIBILIDADE E INTERSECCIONALIDADE SITUADA ENTRE IMIGRANTES CHINESES LGBTQIAPN+ EM SÃO PAULO

Bingzhang Wang,
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5665-298X>
<bzwang@usp.br>
FFLCH-USP. São Paulo, SP, Brazil

RESUMO: Embora os estudos queer frequentemente associem emancipação à visibilidade, a presença asiática permanece pouco explorada na produção brasileira sobre sexualidade e gênero. Imigrantes chineses LGBTQIAPN+ em São Paulo ocupam posições atravessadas por etnicidade, migração e sexualidade. O foco deste trabalho não é a soma dessas identidades, mas como diferentes marcadores se tornam salientes, são suspensos ou reorganizados conforme os contextos de interação. A pergunta central é: como raça/etnicidade e sexualidade são acionadas conforme o campo, a classe e o capital social? A partir de etnografia e entrevistas em profundidade realizadas ao longo de sete anos, argumenta-se que esses marcadores não operam como atributos cumulativos, mas como diferenças situacionalmente mobilizadas. Nos espaços chineses de trabalho e sociabilidade, o acionamento do marcador étnico impõe o fechamento do marcador sexual; nos encontros afetivos com brasileiros, a etnicidade predomina e o sujeito é desejado como tipo, não como pessoa; no espaço público cotidiano, a sexualidade recua e a etnicidade passa a operar de modo antecipatório. Apenas nos espaços de sociabilidade organizados por chineses LGBTQIAPN+ os dois marcadores são reconhecidos ao mesmo tempo, colegibilidade que se mostra condicionada por língua, repertório cultural e classe. Conclui-se que a etnicidade opera menos por seu conteúdo cultural do que por assinalar conectividade de rede, e que visibilidade e reconhecimento não são operações equivalentes.

Palavras-chave: marcadores sociais da diferença, interseccionalidade, migração chinesa, sexualidade, etnografia.

ASIAN OR QUEER? (IN)VISIBILITY AND SITUATED INTERSECTIONALITY AMONG CHINESE LGBTQIAPN+ IMMIGRANTS IN SÃO PAULO

ABSTRACT: Although queer studies frequently associate emancipation with visibility, Asian presence remains scarcely examined in Brazilian scholarship on sexuality and gender. Chinese LGBTQIAPN+ immigrants in São Paulo occupy positions crossed by ethnicity, migration and sexuality. This article does not focus on the sum of these identities, but on how different markers become salient, are suspended or are reorganized according to interactional contexts. The central question is: how are race/ethnicity and sexuality activated according to field, class and social capital? Drawing on ethnography and in-depth interviews conducted over seven years, it argues that these markers do not operate as cumulative attributes, but as situationally mobilized differences. In Chinese workplaces and spaces of sociability, the activation of the ethnic marker imposes the closing

of the sexual marker; in affective encounters with Brazilians, ethnicity predominates and the subject is desired as a type rather than as a person; in everyday public space, sexuality recedes while ethnicity comes to operate in an anticipatory mode. Only in spaces of sociability organized by Chinese LGBTQIAPN+ people are both markers recognized at once, a co-legibility conditioned by language, cultural repertoire and class. The article concludes that ethnicity operates less through its cultural content than by signalling network connectivity, and that visibility and recognition are not equivalent operations.

Keywords: social markers of difference, intersectionality, chinese migration, sexuality, ethnography.

INTRODUÇÃO

Em uma tarde de 2023, num shopping de São Paulo, um jovem chinês a quem chamarei aqui de Xia caminhava ao lado de um brasileiro com quem havia marcado um encontro por aplicativo. Conversavam em inglês e, em algum momento, as mãos se entrelaçaram. Pouco depois, Xia soltou a mão de repente: havia reconhecido, à distância, um colega chinês de trabalho. O colega se aproximou, cumprimentou os dois com um breve “oi” e seguiu seu caminho. O brasileiro não percebeu nada. Mas Xia me contou depois:

“Não sei se ele viu antes ou depois de eu soltar. Naquele momento, eu estava muito nervoso, era algo parecido com... talvez fosse aquela sensação de que o coração ia parar, de estar extremamente nervoso. Senti os membros ficarem dormentes e comecei a suar frio. Fiquei nesse estado por muito tempo, sem conseguir me recuperar, permaneci em choque, pensando: como é possível que algo tão improvável tenha acontecido? Como é que eu tive esse azar?”

O que fez Xia soltar a mão, naqueles segundos, não foi o lugar nem a lei: o shopping era o mesmo, a cidade era a mesma, e eles já vinham caminhando assim havia algum tempo. O que mudou foi o surgimento de um conhecido, não um brasileiro qualquer, mas um chinês, integrante da mesma rede de trabalho. Esse olhar não pesa por ser mais hostil, mas porque reúne três condições: ele conhece Xia, está ligado à rede em que Xia trabalha e sabe o que significa, ali, dois homens de mãos dadas, que não é bem visto no ambiente de trabalho dele. Xia não podia confirmar o que o colega havia visto, mas seu corpo já havia respondido. O brasileiro ao seu lado não percebeu nada: para ele, aquele era apenas um estranho.

Para os chineses LGBTQIAPN+, a migração costuma ser imaginada como uma libertação. No imaginário deles, o “Ocidente”, abrangendo a América do Norte, a Austrália, a Europa e as sociedades ocidentais em geral, é frequentemente concebido como um espaço naturalmente mais livre, mais progressista e mais acolhedor. Nesse imaginário, a visibilidade ocupa lugar central: sair do

armário, nomear-se, tornar-se reconhecível são compreendidos como caminhos para o reconhecimento. Essa dicotomia entre uma China homofóbica e um “Ocidente” *queer-friendly* já foi problematizada na pesquisa de Cui e Song (2024), que propuseram a noção de “armário étnico” para descrever uma estrutura heteronormativa que disciplina simultaneamente identidades étnico-raciais e sexuais. O caso de Xia, porém, exige ir além. A questão não é em qual armário ele está, o armário para ele é uma operação que se abre e se fecha conforme o campo: fechado no ambiente de trabalho, aberto no cotidiano brasileiro, e fechado outra vez naqueles segundos.

Na sociedade brasileira, por sua vez, a história da imigração chinesa tem sido narrada a partir da adaptação social, da luta pela sobrevivência, do empreendedorismo e da transformação econômica. As experiências de pessoas LGBTQIAPN+ chinesas, porém, permanecem amplamente invisibilizadas nessa produção. Asiáticos são representados como “minorias modelo”, categoria que, ao destacar o êxito educacional e econômico de um grupo não branco, acaba servindo para justificar as condições impostas à população negra no Brasil (Higa, 2024; Vêras, 2022). Ao mesmo tempo, são alvos de racismo, não são vistos como indivíduos e frequentemente são desumanizados e associados a estereótipos. Vêras (2022) observou que, diferentemente de outras identidades étnico-raciais tomadas como brasileiras a priori, a identidade asiático-brasileira precisa ser sempre negociada.

Porém, ler essas experiências como um acúmulo de identidades subordinadas não é suficiente. A teoria da interseccionalidade já apontava que sujeitos situados em múltiplas posições subalternas são sistematicamente invisibilizados na distribuição de recursos (Crenshaw, 1989). Tal marginalização, contudo, não constitui uma simples soma de desvantagens, mas um processo social relacional e contextualizado, que se reorganiza conforme diferentes contextos e estruturas de poder (Huang e Fang, 2019). No Brasil, a tradição dos marcadores sociais da diferença há muito superou a leitura aditiva. Os marcadores não são atributos inerentes a pessoas ou coisas, mas efeitos do funcionamento de sistemas de conhecimento e de relações sociais, “relações de relações” antes que propriedades (Almeida et al., 2018; Higa, 2024). É a essa tradição que este trabalho se soma para especificar por meio de que mecanismo essa reorganização ocorre.

Primeiro, os marcadores estão ligados entre si. No exemplo que abre este artigo, os dois eixos não funcionam separadamente conforme o contexto. O que acontece é que o acionamento do marcador étnico fecha o marcador sexual. E a etnicidade funciona ali por estar ligada à rede em que eles trabalham. A diferença cultural, sozinha, não explicaria a reação. Se o destaque dos marcadores é distribuído pelo campo, uma questão se impõe: existiria algum campo em que os dois marcadores possam ser acionados ao mesmo tempo? A pergunta não é acessória. Ela testa justamente o limite da

tese anterior, pois, se o acionamento depende inteiramente do campo, a colegibilidade não deve ser entendida como conquista individual, mas como condição oferecida por certos campos.

Segundo, não é impossível que os dois marcadores sejam lidos ao mesmo tempo, mas isso exige condições. Na maioria dos campos, eles não são acionados simultaneamente: nos encontros afetivos com os brasileiros (não asiáticos), a etnicidade tende a se sobrepor à sexualidade; em espaços chineses em geral, a sexualidade precisa ser administrada. No espaço público cotidiano, ambos parecem recuar, ao menos em São Paulo, onde rostos asiáticos são bastante comuns. O marcador étnico, porém, não desaparece de fato. Um autor sino-carioca descreve assim sua posição: “Em São Paulo, eu era do Rio. No Rio, eu era da China” (Q., 2021, p. 80). O marcador passa a operar de modo antecipatório: na ausência de qualquer observador determinado, o próprio sujeito calcula continuamente como será lido. Ao menos no material aqui reunido, é nos espaços de sociabilidade organizados por chineses LGBTQIAPN+ que os dois passam a ser reconhecidos ao mesmo tempo. Há, evidentemente, outros marcadores em jogo. Mas essa colegibilidade depende de escolaridade, de língua e de capital cultural, e por isso é filtrada por classe. As redes a que tenho acesso reproduzem esse mesmo filtro.

1. METODOLOGIA

O material deste artigo vem de trabalho de campo junto a redes LGBTQIAPN+ chinesas em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador ao longo de sete anos, combinando observação participante e entrevistas em profundidade. A observação se deu em dois tipos de espaço: de um lado, enclaves étnicos e lugares de convívio cotidiano da comunidade chinesa; de outro, espaços de sociabilidade de minorias sexuais. Os interlocutores foram selecionados por amostragem em cadeia, em geral apresentados por interlocutores anteriores. As entrevistas foram realizadas em chinês ou em português, conforme a preferência de cada interlocutor, e os trechos citados em chinês foram traduzidos por mim.

Sou chinês, homem cis, gay, imigrante e integrante dessas redes. Essa posição produz uma condição intermediária. Estou dentro, e ao mesmo tempo distanciado pela condição de pesquisador. A posição facilitou o acesso ao campo, já que muitos desses espaços não se abrem a estranhos, e exige reflexividade contínua sobre a própria implicação. Em parte das cenas analisadas, a experiência do pesquisador constitui ela própria material. Isso não se deve a uma escolha estilística, mas ao tipo de dado em questão. Alguns dos episódios discutidos adiante não produzem qualquer evento observável do exterior: ninguém olha, ninguém diz nada, e o único registro possível é o do ajuste

interno de quem está ali. Outros só existem porque são executados em conjunto, uma vez que aquilo que se combina entre duas pessoas é precisamente o que não se diz diante de terceiros. Além disso, a presença do pesquisador participa da constituição das situações analisadas, e não apenas de seu registro: em alguns momentos, foi a própria pergunta da pesquisa que produziu a resposta. Esse tipo de implicação é tratado no corpo do texto, quando as cenas correspondentes forem apresentadas.

Essa posição traz igualmente limites estruturais. As redes acessíveis ao pesquisador são formadas por círculos de estudantes internacionais, de universitários, de pessoas com escolaridade superior e por chineses de classe média e alta. Imigrantes que vivem do comércio, trabalhadores da gastronomia e pessoas que circulam fora desses círculos raramente aparecem nessas redes. Parte da invisibilidade descrita neste trabalho não é, portanto, uma condição dos sujeitos, mas um efeito da própria via de acesso desta pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFLCH-USP e adota uma ética relacional. Todos os interlocutores aparecem sob pseudônimo, detalhes identificáveis foram alterados e informações sobre instituições e locais específicos foram deliberadamente tornadas imprecisas.

2. A SEXUALIDADE COMO MARCADOR A OCULTAR NOS ESPAÇOS CHINESES

Aqueles segundos no shopping não foram um episódio isolado. Xia trabalha em São Paulo, tem colegas chineses na empresa e mantém contato com a família. Nessas duas frentes, a administração da sexualidade é um trabalho contínuo, e aquela cena foi apenas o momento em que ele se tornou visível.

Sua vida afetiva é comentada e compartilhada, mas o gênero do parceiro é sempre apresentado como feminino. Nas palavras dele, é preciso “construir uma narrativa heterossexual e acreditar nela plenamente, a mantendo sempre atualizada”. O motivo é prático: “assim eu acho que dá menos trabalho, não faz com que eles levistem outras perguntas.” Manter essa narrativa exige adereços. Antes da inteligência artificial, ele usava fotos de amigas. A escolha, porém, era calculada: essa pessoa apareceria com regularidade na vida dele? Se sim, ela sabia da situação e estaria disposta a colaborar? Só quando essas condições se cumpriam a foto podia ser mostrada. Depois que a amiga aparecia uma vez na empresa, o resto do trabalho era feito pelos outros. Nas palavras dele: “as pessoas são muito fofas; quando aparece uma mulher ao seu lado, você não precisa explicar nada, todo mundo já assume que é sua namorada ou sua esposa.”

É importante ver o que está sendo administrado. O que Xia administra na empresa é o percurso pelo qual a informação circula em determinada rede. Seus colegas, mais cedo ou mais tarde, formarão alguma impressão a seu respeito, e isso ele não controla. Isso explica também a estratificação de suas publicações nas redes sociais: bloqueia apenas os colegas de trabalho, enquanto colegas de escola, de faculdade e familiares continuam vendo o que ele publica. Os primeiros estão ligados a uma rede com consequências, os demais não. Pesquisas anteriores apontam que, no modelo do self relacional, a identidade não tem essência: o que existe são condutas lidas como moralmente adequadas, e o que importa é aquilo que se faz, não aquilo que se é (Kong, 2018). Xia não precisa negar aquilo que “é”, tal interpelação nunca chega a ser formulada; o que precisa é manter coerente e atualizada uma narrativa sobre aquilo que faz. É também por isso que uma foto e uma aparição já resolvem. O restante do trabalho fica por conta dos outros, porque o que se verifica ali é a apresentação.

E onde esse trabalho acontece? Na mesma cidade, ele atravessa um shopping de mãos dadas com um brasileiro sem precisar de explicação alguma e, diante de colegas chineses, precisa manter uma versão em constante atualização. A razão que o próprio Xia oferece, a de que assim “dá menos trabalho”, parece caber inteiramente na explicação acima. O material aqui reunido, contudo, pede que se desloque um pouco o peso do argumento. Se o que opera fossem essas normas culturais em si, organizações igualmente compostas por chineses deveriam funcionar de modo semelhante.

Numa noite, fui jantar com Xia e um amigo brasileiro num restaurante chinês. Antes de entrarmos, eu disse ao amigo: “lá dentro, não seja muito gay.” Xia e eu trocamos um sorriso, era um acordo que não precisava ser dito. Se aquele amigo se comportava de modo mais ou menos gay era assunto dele; o que nos preocupava era o olhar do dono do restaurante. Não sei explicar de onde vem essa regra, mas naquele espaço, “chinês” parecia significar, por padrão, não ser uma minoria sexual. No meio do jantar, Xia cumprimentou de repente um chinês da mesa ao lado e, ao mesmo tempo, nos lançou um olhar. Eu e o amigo brasileiro mudamos imediatamente de assunto, baixamos o tom de voz e reduzimos os gestos das mãos, já que, para muitos chineses, gesticular muito é sinal de feminilidade. O outro também nos olhou, como se avaliasse: há aqui um chinês que eu não conheço e um brasileiro. Provavelmente calculava que relação tínhamos com Xia. Sorrimos educadamente para ele. Depois que o homem saiu, Xia me disse baixinho que era alguém de outra empresa, que ele já tinha visto antes. Perguntou: “ele não percebeu nada, né?” Respondi: “acho que não, estávamos todos bem comportados.”

Não se trata de vigilância excessiva. Em São Paulo, nos restaurantes frequentados pela comunidade chinesa, é comum encontrar pessoas da empresa dele ou de outras empresas chinesas com as quais tem contato. Mais significativo, porém, é o caráter coletivo dessa operação. Três corpos se ajustaram no mesmo instante, e um deles não sabia por quê: o amigo brasileiro foi incorporado ao procedimento sem conseguir ler sua lógica. O chamado acordo tácito é uma execução compartilhada, e só a executam em conjunto aqueles capazes de ler aquele espaço.

Bao (2020) propõe pensar a política queer chinesa a partir de duas expressões em chinês: *ruoyin ruoxian* (ora oculto, ora revelado) e *shiyin shixian* (às vezes oculto, às vezes revelado). Ele sublinha que a relação entre ocultamento e revelação não é dicotômica, nem do tipo “ou isto, ou aquilo”, nem do tipo “nem isto, nem aquilo”, mas múltipla, contingente e por vezes fugaz: para muitas pessoas queer na China, não é preciso estar completamente “dentro” ou “fora”, e essa posição depende do contexto específico e da pessoa que se encontra. O material aqui reunido sustenta essa perspectiva e pede que se avance um passo. Naquela noite, a alternância entre ocultar e revelar não se deu entre relações distintas nem entre fases distintas da vida, mas dentro de um mesmo jantar, acionada pela aparição de uma única pessoa.

Mas o espaço de trabalho dos chineses no Brasil não é um bloco homogêneo. Lin trabalha numa empresa chinesa em São Paulo. No escritório, ele não se esconde nem se expõe deliberadamente. Em seu ambiente de trabalho há um gerente que “parece muito gay, claramente”. Segundo a explicação de Lin, isso quer dizer vestir-se bem, ter gestos mais afeminados, falar com frequência sobre *skincare* e maquiagem, ser íntimo das colegas mulheres. Corre a fofoca de que ele tem namorado e, ainda segundo Lin, isso não traz consequência alguma.

Trata-se igualmente de uma organização composta por chineses, e no entanto as regras não são as mesmas. O que opera, portanto, não é a chinesidade ou a cultura chinesa, mas o tipo de organização e a estrutura de dependência. Numa estatal chinesa, investiga-se o estado civil antes de uma promoção; aparentemente ninguém é punido por sua orientação sexual, mas permanecer solteiro por muito tempo pode ser traduzido como “problemas de conduta pessoal”. A empresa em que Lin trabalha é uma empresa de tecnologia, e esse mecanismo ali não funciona. Isso é coerente com a posição básica da tradição dos marcadores sociais da diferença: os marcadores não são atributos inerentes a pessoas ou grupos, mas efeitos do funcionamento de sistemas de conhecimento e de relações sociais (Almeida et al., 2018; Higa, 2024). Xia e Lin têm a mesma pertença étnica; o que muda é a estrutura de dependência em que cada um está inserido.

No entanto, mesmo em ambientes mais permissivos, as formas de ser falado também têm suas regras. Numa tarde, eu passeava com Lin pela faculdade. O sol se punha e o tempo esfriava. Lin me disse que é aceitável que os outros saibam de sua orientação por terceiros: “como é que eu vou pedir para cada pessoa que conheço não contar para os outros?”; mas, se alguém pergunta pessoalmente, isso constitui uma ofensa para ele. Essa regra mostra, mais uma vez, que o que se administra não é o conhecimento em si, mas a forma da circulação. E o que nela se protege é a iniciativa. Quando a informação circula por terceiros, ele mantém o controle sobre quando, diante de quem e de que modo confirmar ou não confirmar; quando é perguntado diretamente, exige-se que realize ali, naquele instante, uma verificação de identidade, e essa posição deixa de ser decidida por ele.

Fiquei vermelho. Poucas horas antes, eu havia perguntado diretamente sobre a sexualidade dele numa roda de conversa informal, com alguns estudantes brasileiros e uma chinesa por perto. Naquela ocasião, ele respondeu que era bissexual. Em seguida, contei a todos minha própria orientação sexual e falei da pesquisa. Já no passeio, quando estávamos apenas nós dois, ele disse: “que bissexual o quê, eu sou gay mesmo.” Explicou que havia outras pessoas ali e, sobretudo, uma chinesa: “não quero causar problemas desnecessários.”

A mesma pessoa, no mesmo dia, duas respostas. A diferença está em quem está presente. E quem formulou a pergunta fui eu. A razão que ele mesmo dá é precisa. Não foi porque “havia pessoas”, foi porque “havia uma chinesa”. Os estudantes brasileiros presentes não constituíam problema. Aquela mulher chinesa altera a natureza da situação por aquilo a que está ligada. Ela pertence a uma rede pela qual a informação pode circular. Sua atitude pessoal não entra em jogo. Yang e Ghaziani (2025) observam que os sujeitos frequentemente não conseguem verificar todas as suas identidades numa mesma situação, e que tais conflitos forçam reconfigurações identitárias. O “bissexual” de Lin é justamente um produto desse tipo, e é uma posição disponível sob determinada estrutura de presenças. É o acionamento do marcador étnico que provoca essa reconfiguração.

Na Rua 25 de Março, a situação é outra. A rua é cheia de comerciantes chineses e ninguém ali me conhece. Pela distância e pelo caos do lugar, os chineses que trabalham nas empresas também frequentam pouco aquela área. Não compartilho recurso algum com as pessoas dali e provavelmente elas sequer reparam em mim. Ainda assim, me autocensuro. Manter uma aparência mais hétero parece sempre melhor. Ali não há consequência prática nenhuma. Não há observador, não há relação de poder, não há qualquer caminho pelo qual uma informação sobre mim pudesse chegar à minha vida. Nas cenas anteriores, o acionamento era desencadeado pela aparição de uma pessoa

determinada; aqui não há tal pessoa, e ainda assim ele ocorre. Cui e Song (2024) definem o “armário étnico” como uma estrutura de poder heteronormativa que disciplina simultaneamente identidades étnico-raciais e sexuais. O traço decisivo dessa estrutura é que ela dispensa um executor presente. O critério deixou de estar nas mãos dos outros e passou a estar no meu próprio corpo. Para isso, só é preciso que o espaço seja reconhecido como étnico.

3. A ETNICIDADE COMO MARCADOR DOMINANTE NOS ENCONTROS AFETIVOS

Em 2023, eu tinha 24 anos. Marquei um encontro com um brasileiro num parque de São Paulo. Na verdade, não lembro exatamente o nome dele; vou o chamar de Caio. Ele tinha pouco mais de 20 anos, era mais novo do que eu. Demos muitas voltas pelo parque. Ele me mostrou pôsteres de bandas de kpop, me contou o quanto amava kpop e as culturas orientais e me deu um dos fones de ouvido para escutar as músicas de que gostava. No início, por educação, eu acompanhava os assuntos dele. Ele não percebeu que eu não tinha interesse naquilo. Mais adiante, contou que uma banda de kpop viria ao Brasil fazer show. Estou dizendo apenas “uma banda de kpop” porque não sei absolutamente nada sobre o assunto. Um rosto oriental tem que saber de kpop? Claro que não.

Passou muito tempo e me cansei de andar, ou talvez me cansasse daqueles assuntos que não me interessavam. Pela minha experiência anterior e pelas “tradições brasileiras” de encontro, já era hora de nos beijarmos. Eu estava esperando, mas ele seguia falando de kpop. Finalmente nos beijamos, atrás de uma parede. Um homem passou e me olhou com estranheza. Fiquei com vergonha, pensando: é só um beijo, olhando para que? Não gostei do beijo, inventei uma desculpa e fui embora. Depois ele me convidou para o show daquela banda, e não respondi mais.

O que organiza esse encontro é uma classificação prévia. A interação entre duas pessoas vem depois, se vier. Os pôsteres, o fone de ouvido, o show que estava por vir: tudo isso decorre de uma operação anterior a qualquer conversa. A tradição dos marcadores sociais da diferença descreve precisamente esse funcionamento. A diferença é constituída por meio de taxonomias e classificações que acentuam certos sentidos de diferença “ao ponto de tomá-los como corriqueiros, ‘dados’ ou ‘naturais’, enquanto outros são subestimados ou circunstancialmente esquecidos” (Almeida et al., 2018, p. 19-20). Para Caio, que um rosto asiático gostasse de kpop era algo que nem precisava ser perguntado.

Naquele momento, não pensei nada sobre raça. Mas fiquei incomodado. Kpop é popular no Brasil, sim, mas não é qualquer asiático que gosta de kpop. Na época, atribuí tudo ao beijo, que não foi bom, e à falta de química. Esse adiamento da atribuição merece atenção. Nada naquele encontro tinha a forma da hostilidade. Caio era entusiasmado, e o que oferecia era, do ponto de vista dele, um gesto de aproximação. É justamente por isso que a operação se torna difícil de reconhecer no momento em que ocorre, e é difícil de recusar. Não se protesta contra uma gentileza. O que se experimenta, em vez disso, é cansaço. O cansaço não pede explicação.

Houve uma noite no Rio de Janeiro. Eu estava com um amigo brasileiro numa festa na Lapa. Todo mundo se divertia, os funks cariocas tocavam alto, o espaço era escuro, com luzes coloridas que de vez em quando batiam nos rostos das pessoas. De repente, uma menina brasileira me encurralou contra a parede e perguntou: “você é coreano? japonês?” Meu amigo respondeu: “ele é chinês.” Eu não disse nada. Ela então perguntou: “posso te beijar?” Fingi não falar português, balancei a cabeça e comecei a falar em chinês com meu amigo. Ela me olhou por alguns segundos, me beijou do nada e saiu correndo. A cena torna a ordem das operações explícita: a primeira frase não foi “qual é o seu nome”, mas “você é coreano? japonês?”, e só depois de concluída a classificação o contato pôde começar. Durante todo o processo, eu não disse uma palavra. O que foi confirmado não fui eu, mas a categoria a que aquele rosto pertencia. E o que fiz em seguida também importa. Passar ao chinês foi um modo de recusar o beijo, e foi também uma retirada do campo em que a interação estava sendo conduzida. Se a leitura que ela fazia de mim se apoiava numa suposta estranheiridade, passei a habitá-la integralmente, ficando ilegível para ela. A tática devolve a opacidade, mas tem um custo claro. Só consegui recusar me tornando ainda mais aquilo como já estava sendo lido.

Nas entrevistas, vários interlocutores relataram sentir que nos aplicativos afetivos as pessoas falavam com eles não por eles mesmos, mas pelo rosto. A expressão “*yellow fever*” aparece com frequência nas suas falas, como categoria êmica para nomear esse tipo de interesse. Min, uma das interlocutoras, observou que, nos perfis de quem a procurava, costumava haver algo relacionado a anime, a cultura otaku e afins. A estereotipagem como uma operação em três tempos: ela essencializa e fixa a diferença, cria um lugar de normalidade do qual expulsa tudo aquilo que é considerado “o Outro”, e tende a ocorrer onde há assimetria de poder (Nakamura e Persichetti, 2022). O que os interlocutores nomeiam como “*yellow fever*” corresponde a esse funcionamento: o interesse se dirige a um conjunto reduzido de traços tomados como fixos, e não à pessoa que os porta. É essencial que o mesmo marcador é acionado em configurações distintas de gênero e de orientação. No meu caso,

num encontro entre homens, no caso de Min, numa interlocutora sendo procurada por mulheres. Não é uma particularidade de um tipo de desejo.

De 2019 no Rio a 2023 em São Paulo, o tempo passou, a cidade mudou e, eu também fiquei mais velho. Não é possível separar essas variáveis. Mesmo assim, uma coisa pode ser dita. No Rio, onde os rostos asiáticos são bem mais raros, o valor desejante do mesmo rosto não é o mesmo que em São Paulo. Como comentou um sino-brasileiro durante um almoço: “ver dez asiáticos em São Paulo é uma coisa muito normal dentro de um dia, mas se for no Rio, vou achar que tem alguma coisa errada, só se for num ponto turístico.” O acionamento do marcador étnico depende também da composição demográfica local: a saliência de um marcador é o efeito de um sistema de classificação em funcionamento num campo determinado. Okabayashi (2023) observa que, na cultura das mercadorias, a etnicidade se converte em tempero, num sabor que melhora o gosto da cultura branca dominante. Onde esse tempero é escasso, seu preço sobe.

Sobretudo, a racialização do corpo asiático não opera numa só direção. Okabayashi (2023) analisa como corpos masculinos asiáticos circulam, na cultura pop e na pornografia, entre a pornificação de si e o consumo de outridade, num regime em que a masculinidade asiática é simultaneamente desejada e enquadrada. No campo, esse duplo movimento é visível. O mesmo rosto que faz alguém bloquear é o que faz outro procurar. O mesmo marcador que retira um sujeito do campo do desejo pode, em outra configuração, colocá-lo nele de forma excessiva. Em ambos os casos, porém, o que está em jogo não é a pessoa, mas a categoria. Ser recusado por ser asiático e ser procurado por ser asiático são duas operações do mesmo dispositivo classificatório. Isso é coerente com o que a literatura descreve a respeito da negação de individualidade aos asiáticos no Brasil e de sua associação a estereótipos (Véras, 2022).

4. A COLEGIBILIDADE E AS SUAS CONDIÇÕES

Numa sexta-feira tranquila, participei de um jantar com nove pessoas, todas descendentes de chineses e falantes de português. Alguns falavam muito pouco chinês, apenas palavras soltas ou expressões usadas dentro de casa. Entre nós tinham héteros, bissexuais, uma pessoa transmasculina e uma pessoa não binária. Cheguei primeiro para ver se haveria espaço suficiente. Escolhi uma mesa maior, num canto atrás de uma parede. Pouco depois, Kai chegou e avisou no grupo. Fui até a porta, nos abraçamos e perguntei por que não tinha entrado, já que eu havia avisado que a mesa estava reservada. Ele respondeu: “Não tô vendo ninguém lá fora. Não sei se eles falam português ou não.” Eu disse: “é só entrar, não precisa ter vergonha.”

Quando todos chegaram, a conversa começou. Os assuntos eram sempre esses: nos encontros anteriores, todo mundo falava sobre a história de imigração da própria família. Naquela noite, uma das meninas comentou sobre os arranjos de namoro e casamento na família dela. Todos se animaram, porque todos já tinham ouvido histórias assim ou já tinham sido apresentados a alguém. Kai contou que, quando estava no colégio, a mãe dizia para não namorar, para não atrapalhar os estudos; na época, ele ainda se identificava como mulher. Quando entrou na faculdade, um dia a mãe apareceu com um álbum de fotos e perguntou se ele queria escolher alguém para conhecer. Ele percebeu do que se tratava e respondeu: deixa para depois, deixa eu terminar a faculdade primeiro. Todo mundo riu e gritou: “tá certo, tem que falar isso mesmo.” Alguém disse que, na verdade, a família só quer ter um neto.

A história de imigração, a pressão do casamento e descendência, a sexualidade, todos esses assuntos circulavam na mesa, e todos compartilhavam experiências que reconheciam como semelhantes. Ninguém precisava esconder nada. Eu escutava, percebendo que as histórias deles eram singulares e, ao mesmo tempo, tinham muito em comum, sobretudo quanto às normatividades de gênero e sexualidade. Também não me preocupei muito no restaurante, o dono, os funcionários e os clientes falavam apenas chinês, de modo que ninguém entenderia a conversa da nossa mesa.

No dia seguinte, Rita publicou um story com fotos da comida e do grupo: “uma noite com os primos diaspóricos! Amei estar com vcs.” Primos. Ela usou um termo de parentesco. Quando vi aquilo achei estranho. Ela chamava todo mundo de primos, será que eu também estava incluído? Ao mesmo tempo fiquei feliz, porque naquela rede de descendentes chineses me senti aceito.

O que se passou ali é diferente das cenas anteriores. No campo de trabalho de Xia, a sexualidade precisava ser administrada; nos encontros afetivos com brasileiros não asiáticos, o sujeito era reduzido à categoria étnica. Aqui, etnicidade e queeridade se tornam simultaneamente bases de identificação. Huang e Fang (2019) declaram que as identidades múltiplas não produzem apenas tensão: elas podem também tornar-se fonte de coesão interna ao grupo, precisamente porque seus membros compartilham um conjunto comum de experiências e, por isso, conseguem compreender as pressões decorrentes daquela posição. Naquele jantar, as histórias de imigração, a pressão do casamento e descendência, e a sexualidade estavam todas na mesma mesa. É esse o repertório compartilhado.

A formulação de Kai leva isso mais longe. Ele não participa de nenhuma associação ou organização chinesa e afirma não pertencer a nenhuma comunidade chinesa em São Paulo. Ao falar dessa rede, disse ter encontrado outras maneiras, outras mídias, outras formas de ser chinês agora

que tem esse grupo. Ele não diz que ali é possível ser chinês e queer ao mesmo tempo, o que manteria as duas coisas como dimensões a serem conciliadas. O que ele diz é que, através desse espaço queer, a própria noção de ser chinês foi redefinida. O pertencimento étnico não é ali apenas tolerado, mas reescrito. Yang e Ghaziani (2025) sustentam que a interseccionalidade, em vez de se aglutinar numa unidade, permanece num processo contínuo de fazer, desfazer e refazer. A formulação de Kai é um instante desse processo. Ele refaz o “chinês” por meio do “queer”, em vez de buscar equilíbrio entre os dois. Quando ouvi aquela frase fiquei emocionado, porque a “você” me incluía. Nunca tinha pensado que eu fosse um deles, um descendente.

Contudo, isso não significa que esses espaços sejam igualitários. O cardápio do restaurante estava apenas em chinês, e eu fui traduzindo item por item. Na hora de pesar os pratos no balcão, fiquei ali do começo ao fim, perguntando os preços e se queriam pimenta. Depois do jantar, fomos a um bar chinês. No bar, o telão exibia kpop com legendas em chinês. Uma menina do nosso grupo pegou o celular para fotografar o cardápio e disse que era a primeira vez que via Guaraná escrito em caracteres chineses. Kai se levantou do sofá e ficou gravando trecho após trecho, dizendo que nunca tinha visto aquilo, que era a primeira vez que via letras de música em chinês. Num espaço administrado por chineses, descendentes de segunda e terceira geração manifestavam diante dos caracteres um espanto quase turístico.

Em outro jantar, Kai formulou essa posição com mais clareza. Um dos lados da mesa falava português e o outro falava chinês; ele estava sentado no meio. Querendo saber o que se dizia do outro lado sem conseguir entender. Ao seu lado havia um brasileiro branco que falava chinês e acompanhava as piadas e as referências. Sua conclusão foi que aquele branco conseguia se comunicar, e que naquele momento ele se sentia menos chinês do que ele. Mais adiante, formulou a mesma percepção de modo ainda mais direto. Entre seus amigos no Brasil, ele sabe que é chinês; diante de quem acabou de chegar da China, sente que não é tão chinês assim.

Dessa forma, a colegibilidade aqui não é um estado, mas uma conquista condicionada. A primeira condição é a língua. Esse espaço opera com dois sistemas de signos ao mesmo tempo. A capacidade de transitar entre eles determina a posição que cada um ocupa. A cena em que Kai está no meio da mesa mostra que, mesmo estando presente, a língua segue distribuindo quem conta mais como pertencente àquele lugar, e o critério dessa distribuição não é a ascendência, nem a aparência, nem a família, mas a possibilidade de entender o que se diz do outro lado. Mais uma vez, é assim que os marcadores operam, como efeitos de sistemas de classificação que acentuam certos sentidos de diferença e deixam outros de lado. Ali, o que se acentua é a competência linguística; o que se esquece

é a ascendência. A segunda condição é o repertório cultural compartilhado: as reações de Kai diante dos caracteres mostram que o pertencimento étnico não está previamente dado nesse espaço, mas precisa ser realizado por meio de alguma memória comum reconhecível. A terceira é mais prosaica: é preciso que alguém apresente, e é preciso ter uma noite livre e renda disponível.

Essas condições explicam quem estava àquela mesa e também quem não estava. Quem trabalha no comércio da Rua 25 de Março, quem está na cozinha de um restaurante, quem domina apenas uma das línguas em circulação, raramente aparece nesses encontros. Sua ausência não se explica por não serem queer, mas porque as condições de entrada não foram feitas para eles. O mesmo filtro se aplica a esta pesquisa. Eu tenho acesso a esse espaço em parte porque falo português. Naquela noite, fui eu quem traduziu o cardápio e perguntou os preços. Minha porta de entrada foram brasileiros que estudavam chinês e círculos universitários. A colegibilidade aqui registrada é aquilo que se torna visível depois desse filtro.

Nos estudos queer, quando as relações com a família de origem são pressionadas pela heteronormatividade, é frequente que os sujeitos construam “famílias escolhidas”, ampliando a definição de família para incluir namorados, ex-namorados e amigos próximos (Kong, 2018). A palavra usada por Rita é mais leve do que isso. Ela não disse família, nem irmãos, mas primos: uma relação de parentesco lateral, não central, que se pode aproximar ou afastar. O termo é verdadeiro, e o reconhecimento mútuo daquela noite também era. Mas ele indica igualmente outra coisa, o parentesco não é dado, é alcançado, e alcançá-lo tem seus requisitos.

5. O ESPAÇO PÚBLICO COTIDIANO: O ACIONAMENTO ANTECIPATÓRIO

Min está no Brasil há mais de um ano. Me contou que, antes de vir, imaginava trazer muitas roupas bonitas para usar todos os dias; depois de chegar, sentiu imediatamente o desconforto de ser reconhecida como estrangeira. Ela apontou duas razões. Uma é a exigência que atribui à própria disciplina: “eu me esforcei tanto para me integrar, estudei a língua, e ainda assim continuo sendo vista como alguém de fora.” A outra é mais direta, se vestir de modo muito chamativo poderia a fazer ser tomada por uma turista desavisada e até assaltada.

A frustração de Min toca em uma questão estrutural. Na classificação racial brasileira, os “amarelos” são situados de modo dinâmico entre brancos e negros, na condição de forasteiros, e esse lugar lhes é atribuído conforme o contexto (Osiro, 2021). Se o lugar é atribuído, ele não pode ser cancelado por esforço individual: a língua se aprende, mas a regra de atribuição não está nas mãos de quem aprende.

No dia da entrevista, ela própria explicou a roupa que estava usando. Havia comprado dois vestidos novos e ficou em dúvida se os usaria, mas acabou escolhendo um mais discreto. Diz que chegou a imaginar o trajeto de casa, em Pinheiros, até a Vila Madalena, e quantas pessoas poderiam a olhar: “com aquele vestido eu me sentiria muito estrangeira, muito turista; é melhor usar este, que é mais comum”. Em seguida, esclareceu a natureza desse cálculo. Tudo se passa no plano interno. Na maior parte do tempo não há interação com quem está em volta. Ninguém vai até ela no metrô perguntar se é estrangeira. Nas palavras dela: você não sabe o que os outros estão pensando.

No espaço público cotidiano, o marcador sexual de fato recua. Min não precisa administrar sua sexualidade ao caminhar pela rua; não é isso que esse campo mobiliza. O marcador étnico, porém, não recua e passa a operar de outro modo. Na ausência de qualquer observador determinado, é o próprio sujeito quem realiza o acionamento. Vale notar qual categoria é acionada. O que ela administra não é “ser chinesa”, mas “ser estrangeira”, “ser turista”, porque é essa categoria que, naquele trajeto, está ligada a uma consequência concreta. O que move esse cálculo não é uma angústia identitária, e sim uma estrutura de risco.

Nas seções anteriores, o acionamento sempre podia ser remetido a alguém determinado. O que esta seção mostra é outro estado do mesmo mecanismo: quando não há ninguém a quem apontar, o sujeito continua a operá-lo. Yang e Ghaziani (2025) descrevem sob o termo indeterminação, uma experiência produzida pela ocupação de múltiplas posições sociais que não converge para um significado compartilhado, mas produz confusão e suspensão. O cálculo de Min pertence a esse registro: ela não tem medo, apenas não sabe o que os outros pensam. E, enquanto não souber, o cálculo não tem razão para parar. É também por isso que esse trabalho é contínuo. Ele não se dirige a uma ameaça determinada, mas a um estado que jamais pode ser confirmado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de alguns segundos em um shopping de São Paulo para perguntar como raça/etnicidade e sexualidade são acionadas conforme o campo. As quatro cenas percorridas mostram que esses marcadores raramente são acionados com o mesmo peso ao mesmo tempo, e que sua saliência se redistribui de modo regular. Nos espaços chineses de trabalho e sociabilidade, o acionamento do marcador étnico impõe o fechamento do marcador sexual. Nos encontros afetivos com brasileiros, a etnicidade é acionada como dispositivo de classificação e produz uma visibilidade excessiva. No espaço público cotidiano, a sexualidade recua e a etnicidade passa a operar de modo

antecipatório, sem observador determinado. E nos espaços de sociabilidade organizados por chineses LGBTQIAPN+, os dois marcadores são reconhecidos ao mesmo tempo.

A tradição dos marcadores sociais da diferença já sustenta há tempos que os marcadores se reorganizam, e pesquisas recentes com migrantes chineses LGBTQ+ já descreveram os conflitos identitários que essa reorganização produz (Yang e Ghaziani, 2025). O que este trabalho procurou acrescentar é outra coisa. Nas cenas aqui analisadas, o marcador étnico opera por assinalar quem está ligado a quem, e não por seu conteúdo cultural. É a conectividade de rede que produz o fechamento. Daí que organizações igualmente compostas por chineses possam funcionar segundo regras opostas, conforme a estrutura de dependência em que se inscrevem.

O segundo achado diz respeito à exceção. Existe um campo em que os dois marcadores são acionados ao mesmo tempo, e nele o pertencimento étnico chega a ser reescrito. Essa colegibilidade depende de língua, de repertório cultural compartilhado, de tempo livre e de renda, e é portanto filtrada por classe. Quem trabalha no comércio ou na cozinha de um restaurante, quem domina apenas uma das línguas em circulação, raramente está presente. As condições de entrada não foram feitas para eles.

Disso decorre uma consequência para o modo como se costuma pensar a relação entre visibilidade e emancipação. Nos encontros afetivos, o marcador étnico é acionado em seu grau máximo e o sujeito é intensamente visto, e o que se vê é a categoria. Ali a visibilidade funciona como substituto do reconhecimento. Nos espaços chineses, a invisibilidade abre espaço para agir, e o que se administra é o percurso pelo qual a informação circula. Ser visto e ser reconhecido são operações distintas. A visibilidade aparece como um recurso desigualmente distribuído, cujo valor depende de quem olha e do que esse olhar está em condições de ler.

Essas conclusões são parciais, e seus limites decorrem daquilo que foi dito acima. Elas descrevem um segmento escolarizado da migração chinesa em São Paulo e não autorizam generalizações sobre a população chinesa no Brasil, nem sobre migrantes queer chineses em outros destinos. Ainda assim, situar essa discussão a partir de um contexto Sul-Sul e não anglófono permite verificar que a dicotomia entre uma origem repressiva e um destino libertador não se sustenta. O que muda com a migração é a distribuição dos campos em que o armário se abre e se fecha. Pesquisas futuras poderão examinar como esse mecanismo opera entre sujeitos cujas condições de entrada nos espaços aqui descritos não estão dadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SIMÕES, Júlio; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lília. Numas, 10 anos. In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza et al. (Org.). **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Gramma, 2018.

BAO, Hongwei. **Queer China: lesbian and gay literature and visual culture under postsocialism**. London: Routledge, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUI, Le; SONG, Lin. Queer migration, heteronormativity and the ‘ethnic closet’: Chinese queer international students’ intersectional experience in New Zealand. **European Journal of Education**, v. 59, n. 2, e12608, 2024.

HIGA, Laís Miwa. **Flores e tufões: raça, gênero e sexualidade na construção do ativismo asiático-brasileiro em tempos de crise (2016-2023)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

HUANG, Yu-Te; FANG, Lin. “Fewer but not weaker”: understanding the intersectional identities among Chinese immigrant young gay men in Toronto. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 89, n. 1, p. 27-39, 2019.

KONG, Travis S. K. **Huaren nan tongzhi kua diyu yanjiu** [Chinese male homosexualities: memba, tongzhi and golden boy]. Tradução de Yang Chin-Yi, Lau Hoi-Leung, Hui Ho-Wang e Chen Wei-Hong. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.978.988237/0623>.

NAKAMURA, Mariana Moraes; PERSICHETTI, Simonetta. Muito mais que yellowface: o início do reconhecimento asiático. **Revista ALTERJOR**, v. 1, n. 25, 2022.

OKABAYASHI, Hugo Katsuo Othuki. **K-pop, masculinidades e pornografia: entre a pornificação de si e o consumo de outridade**. Dissertação (Mestrado em Cinema e Audiovisual) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

OSIRO, Ricardo. **O ator amarelo: imaginário asiático-brasileiro em cena**. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Q., Yonghui. Da diáspora chinesa: uma história sino-carioca. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Org.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VÉRAS, Daniel Bicudo. A diáspora chinesa no Brasil. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, v. 13, n. 2, 2022.

YANG, Tori Shucheng; GHAZIANI, Amin. Retheorizing intersectional identities with the study of Chinese LGBTQ+ migrants. **Social Problems**, v. 72, n. 4, p. 1547-1564, 2025.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR: Bingzhang Wang: conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, visualização, redação (rascunho original), redação (revisão e edição).

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O autor utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa como apoio à redação em língua portuguesa, especificamente para revisão linguística, sugestões de formulação. A concepção da pesquisa, o trabalho de campo, a análise do material empírico e os argumentos apresentados são de inteira responsabilidade do autor. Todo o conteúdo gerado com apoio dessas ferramentas foi revisado e validado pelo autor, que assume responsabilidade integral pelo texto final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER: Bingzhang Wang é doutorando no PPG-LETRA da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisa sobre migração, gênero e sexualidade entre imigrantes chineses LGBTQIAPN+ no Brasil.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.